

## REUNIÃO DO NUPEMEC

### ATA DE REUNIÃO

Data: 11.08.2017

Local: Sala 506-B do Prédio Sede

Presenças: Desembargador Ricardo Hofmeister Martins Costa (coordenador); juízes Elisabete Santos Marques, Luis Henrique Basso Tatsch, Eduardo Vargas e Cinthia Machado Oliveira; servidores Onélio Luís Soares Santos, Adriana Rizzoli, Janine Scharlau Stöver e Marcelo Pienz.

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 17h10min – 18h40min

**1. Audiências iniciais no CEJUSC de 1º Grau.** O Desembargador Martins Costa abriu a reunião comentando sobre a realização de audiências iniciais no CEJUSC de 1º Grau, procedimento que não foi debatido pelo NUPEMEC. Acentuou a necessidade de conversar a respeito do funcionamento dos Núcleos, sobretudo ante a demanda ascendente. **2. Aumento de demanda e estrutura da COAP.** O Desembargador Martins Costa destacou o aumento de demanda no CEJUSC de 2º Grau. Destacou que o NUPEMEC e os CEJUSCs devem ser reavaliados à medida que a pauta está aumentando e as partes estão procurando conciliar cada vez mais. Expôs melhorias na estrutura dos CEJUSC, com o de 2º Grau recebendo uma sala mais ampla no 3ª andar do Prédio Sede, que deverá estar pronta no dia 18 de agosto. Destacou a falta de servidores, podendo contar apenas com um servidor no momento. Adriana relatou que, embora seja agora responsável pelo CEJUSC 1º grau ainda tem todas as atividades ligadas à COAP. Esclareceu que a digitalização ficou com o protocolo, já separado, e o trabalho da CAP (agora COAP) absorveu as tarefas do CEJUSC também, além das tarefas já realizadas pela COAP como prestar informações que na verdade se referem à atuação do Ministério do Trabalho ou da OAB. O Desembargador Martins Costa afirmou que o NUPEMEC pode auxiliar nessa transição e ponderou que o uso do terminal de consulta de processos pode diminuir a demanda à COAP. Adriana esclareceu que o terminal só consulta processos físicos e não deve alterar substancialmente a demanda, salientando que o atendimento não é grande para advogados, sendo bem maior para partes. Os presentes esclarecem que as Secretarias de vara não atendem mais partes sobre processo eletrônico, tudo é feito na COAP. Caso a parte não tenha advogado no processo, todo o atendimento é feito na CAP. Adriana informou que hoje há 12 servidores lotados na CAP, sendo três já estão voltados apenas ao CEJUSC, um é deficiente auditivo e os oito restantes se revezam no atendimento ao público, que abrange um

horário amplo. **3. Medidas para melhorar a estrutura atual. (a) Pessoal:** Onélio comentou sobre a contratação de quatro estagiários pela DG, sugerindo tentar responder à demanda do CEJUSC de 2º Grau com o servidor atual (Marcelo) e estagiários. O Juiz Eduardo ponderou que estagiários não têm acesso ao PJe. Onélio informou que há várias atividades que não exigem acesso ao PJe e podem ser feitas pelos estagiários, mas destaca que essa é uma solução contingencial e seria necessário crescer pelo menos mais um servidor ao CEJUSC 2º grau oriundo da COAP, com a concordância de todos. **(b) Triagem:** o Desembargador Martins Costa e a Juíza Elisabete debateram a criação de uma triagem, um servidor que filtre as demandas na recepção do prédio das Varas antes de passar o trabalho para a COAP. Adriana relatou que já tiveram figuras assim e só o que faziam era encaminhar para a própria COAP, sem ganho significativo. Adriana ficou encarregada de fazer listagem de possíveis tarefas que possam ser delegadas para abrir mão de 1 servidor para o 2º grau. **(c) Horário de atendimento:** O grupo debateu as várias atividades adicionais realizadas pelo setor e Adriana sugeriu que o horário de atendimento seja reduzido para coincidir com o das varas. Onélio discordou arguindo que as audiências começam às 8h. **(d) Reautuação:** Adriana sugeriu voltar a liberar o acesso ao inFor para as varas, permitindo que haja retificação das partes pelas próprias varas. **(e) Envio de e-mails ao MPT:** Adriana também sugeriu que os servidores da Direção do Foro de Porto Alegre assumam o envio de e-mails para o MPT, proposta que teve a concordância da Juíza Elisabete, que conversará com a Drª Eny sobre tal possibilidade. **(f) CEJUSC itinerante:** A Juíza Cinthia sugeriu a organização de pautas de conciliação em várias unidades do interior, estabelecendo uma espécie de CEJUSC itinerante. A ideia foi aprovada. **4. Melhoria na seleção de processos.** O Juiz Eduardo salientou a necessidade de se aprimorar a seleção de processos para tentativa de conciliação. Destacou a pauta recebida da Vara de Santo Ângelo, com vários reclamados que sabidamente não fazem acordos. O Juiz Eduardo sugeriu que, no 2º Grau, não mandem mais notificação em todos os processos perguntando sobre o interesse de conciliar posto que em muitos casos não há viabilidade, sendo preferível fazer triagem prévia. Os Juízes Eduardo e Luis Henrique destacaram que já se colocaram à disposição para ajudar na triagem, podendo receber uma lista de processos por e-mail e apontar os viáveis. Também se colocaram à disposição para conversar com os gabinetes a respeito. **5. Resultados positivos.** O Desembargador Martins Costa registrou que o único órgão jurisdicional elogiado pela correição nacional foi o NUPEMEC/CEJUSC. Destacou o aumento exponencial de demandas e parabenizou o empenho de todos. Marcelo informou que o volume de pagamentos resultantes de conciliações no 2º Grau já superou dois milhões. **6. Conciliações em processos da SEEx.** O Desembargador Martins Costa relatou conversa com o Desembargador João Alfredo, presidente da Seção Especializada em Execução. O propósito é tentar acordos de conciliação em processos

---

---

sob execução, havendo grande interesse em levar adiante a ideia. Os Juízes Luis Henrique e Eduardo aduziram que combinarão conversa com o Desembargador João Alfredo para avançar no tema. **7. Padronização de documentos.** Onélio sugeriu que o NUPEMEC encaminhe padronização de documentos, em especial do conteúdo necessário para as atas. Marcelo enfrentou dificuldades em razão dos diversos modelos adotados pelos julgadores e o Desembargador Martins Costa relatou dificuldade parecida na época em que se adotou o eSentença. Na ocasião, foi usado um modelo de sentença aberto já trazendo partes básicas obrigatórias. Concordam que agora, passado o período inicial, a dificuldade foi superada, mas os documentos podem ser melhorados. **8. Recurso contra homologação de acordo.** O Juiz Eduardo questionou quem recebe recurso sobre parcelas homologadas por desembargador caso a União dirija do critério adotado. Os presentes debateram a hipótese, com Onélio e o Desembargador Martins Costa opinando que o recurso seria agravo regimental por se tratar de decisão monocrática, que questionada vai para apreciação do colegiado. **9. Servidor para o CEJUSC do 2º grau.** Ficou combinado que o Onélio e a Janine conversariam com um servidor que procurou o CEJUSC 1º grau para suprir uma das 2 vagas existentes e, se fosse o caso, a Adriana solicitaria o servidor para assumir 1 das vagas no CEJUSC 1º grau e delegaria ele por empréstimo ao CEJUSC 2º grau por tempo indeterminado, não sendo necessário então abrir mão dos servidores da COAP. Esgotados os assuntos, a reunião foi encerrada às 18h40min. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, analista judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

---